

Jatene quer trocar IPMF por “contribuição”

JORNAL DO BRASIL
Luiz Antônio — 5/4/95

■ Ministro diz que a idéia tem apoio de Cardoso e depende apenas do Congresso

BRASÍLIA — O ministro da Saúde, Adib Jatene, revelou que o presidente Fernando Henrique Cardoso e o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apóiam a criação de uma contribuição social semelhante ao Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) para custear as despesas da saúde. Jatene afirmou que a idéia da nova contribuição, que passaria a vigorar ainda este ano, foi “bem recebida” pelo presidente e só depende do Congresso para ser colocada em prática.

Segundo o ministro, caberá à comissão especial do custeio da saúde, que será instalada hoje na Câmara, elaborar a proposta garantindo recursos para financiar o setor. A idéia do ministro é criar uma contribuição social com a mesma taxação do IPMF (0,25% sobre os valores sacados das contas correntes). O ministro quer evitar que a cobrança seja classificada de imposto pois, nesse caso, só poderia vigorar em 1996.

“Não tenho opção. Tenho que encontrar uma alternativa para financiar a saúde, porque

se não tiver recursos, quem vai sofrer é a população de baixa renda”, afirmou Jatene. Ele contou que seu ministério deixou de receber no orçamento deste ano cerca de R\$ 3 bilhões para cobrir despesas com pessoal e pagar gastos de 1994.

De acordo com Jatene, o Ministério da Saúde não teve previsto em seu orçamento R\$ 1,2 bilhão gasto com aumento concedido aos servidores públicos. Também não recebeu R\$ 1 bilhão para cobrir despesas da administração passada. Ficaram de fora do orçamento outros R\$ 800 milhões que deverão ser destinados ao pagamento das internações hospitalares na rede ligada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Jatene admitiu que existe uma resistência na equipe econômica do governo à criação de uma contribuição que esteja vinculada à aplicação em saúde. “O pessoal da área econômica não gosta de vinculações e tem suas razões. Mas acontece que o setor de saúde precisa desses recursos para funcionar”, afirmou o ministro.



Jatene disse que caberá à Câmara elaborar a proposta para cobrança